

Agro Pecuária Nova Louzã S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2025

✓ 103 Thom

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Méto do indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
Sumário	
1 Contexto operacional	11
2 Base de preparação	11
3 Moeda funcional e moeda de apresentação	11
4 Uso de estimativas e julgamentos	12
5 Base de mensuração	13
6 Principais políticas contábeis	13
7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas	19
8 Caixa e equivalentes de caixa	20
9 Impostos a recuperar	20
10 Outras contas a receber	20
11 Imobilizado	21
12 Impostos e contribuições a recolher	21
13 Obrigações reestruturadas com credores	21
14 Provisão para demandas judiciais	22
15 Patrimônio líquido	23
16 Instrumentos financeiros	23
17 Imposto de renda e contribuição social diferidos	26
18 Administrativas e gerais	26
19 Outras receitas e (despesas) operacionais	27
20 Financeiras líquidas	27
21 Partes relacionadas	27
22 Eventos subsequentes	28

✓  



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Agro Pecuária Nova Louzã S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Agro Pecuária Nova Louzã S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agro Pecuária Nova Louzã S.A.** em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200

131 *AG* *Hom*

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-030

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-8114

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
Tel. (16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 89050-235
Tel. (27) 3207-3370



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200

131 *AG* *AG*

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-030

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-8114

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-235
Tel. (27) 3207-3370



de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de junho de 2025.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-8114

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-235
Tel. (27) 3207-3370

Agro Pecuaría Nova Louzã S.A.**Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024***(Em milhares de Reais)*

Aivo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	100	52	Salários e férias a pagar	3	3	1
Impostos a recuperar	9	12	10	Impostos e contribuições a recolher	12	534	534
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	18	25	Outras contas a pagar	21	126	-
Total do ativo circulante		130	87	Total do passivo circulante		663	535
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações reestruturadas com credores	13	176	173
Outras contas a receber	10	106	108	Total do passivo não circulante		176	173
Impostos a recuperar	9	389	390	Patrimônio líquido	15	32.612	2.000
Depósitos judiciais		61	61	Capital social		333	333
Total do realizável a longo prazo		556	559	Reserva legal		(2.486)	(2.270)
Imobilizado	11	30.612	-	Prejuízos acumulados			
Outros investimentos		-	125	Total do patrimônio líquido		30.459	63
Total do ativo não circulante		31.168	684	Total do passivo		839	708
Total do ativo		31.298	771	Total do passivo e patrimônio líquido		31.298	771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Pecuária Nova Louzã S.A.**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024****(Em milhares de Reais)**

	Nota	2025	2024
Administrativas e gerais	18	(137)	(42)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(116)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(253)	(42)
Receitas financeiras	20	42	22
Despesas financeiras	20	(5)	(94)
Financeiras líquidas	20	37	(72)
Resultado antes dos impostos		(216)	(114)
Prejuízo líquido do exercício		(216)	(114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Pecuaría Nova Louzã S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(216)	(114)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(216)	(114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

x  

Agro Pecuaría Nova Louzã S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023	15	2.000	333	(2.156)	177
Prejuízo do exercício		-	-	(114)	(114)
Saldos em 31 de março de 2024	15	2.000	333	(2.270)	63
Aumento de capital social conforme AGE 30 de setembro de 2024	1.1	30.612	-	-	30.612
Prejuízo do exercício		-	-	(216)	(216)
Saldos em 31 de março de 2025	15	<u>32.612</u>	<u>333</u>	<u>(2.486)</u>	<u>30.459</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Pecuária Nova Louzã S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto****Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024***(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(216)	(114)
Ajustes para:			
Recuperação de tributos		8	-
Juros e variações monetárias não realizadas		3	35
Baixa do custo de outros investimentos		124	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos		(2)	2
Impostos a recuperar		2	2.070
Outras contas a receber		-	-
Aumento ou (diminuição) dos passivos		126	(1.100)
Fornecedores e outras contas a pagar		2	-
Salários e férias a pagar		-	(25)
Juros pagos		-	-
Fluxo de caixa líquido gerado das atividades operacionais		47	868
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Outros investimentos		1	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de investimento		1	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamentos Obrigações reestruturadas com credores	13.2	-	(823)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		-	(823)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		48	45
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	8	52	7
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	8	100	52
		48	45



 licativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

10

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agro Pecuária Nova Louzã S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com escritório na Rua Haddock Lobo, nº 746 – 6º andar, sala 5, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, as atividades da Companhia compreendem substancialmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola por meio de instrumento contratual junto a Companhia U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo que a Companhia cede parte de seus imóveis rurais para a exploração agrícola. O contrato de parceria tem como premissa remuneração a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo aprovado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo.

1.1 Mudança de controle e Aumento do Capital Social

Em 30 de agosto de 2024, a controladora U.S.J. – Açúcar e Alcool S.A. e a Coligada Agro Pecuária Campo Alto S.A. venderam integralmente suas participações societárias de 90,64% e 8,71%, respectivamente, a sua controladora USJ Administração e Participações S.A., pelo valor de R\$ 23, sendo a Agro Pecuária Nova Louzã S.A. controlada diretamente pela USJ Administração e Participações S.A. a partir dessa data.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital social de R\$ 2.000 para R\$ 32.612, ou seja, um aumento no montante de R\$ 30.612, que ocorreu mediante emissão de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O capital social foi totalmente integralizado pela controladora USJ – Administração e Participações S.A. mediante entrega de um imóvel rural no valor de R\$ 30.612.

Após essas operações, a companhia USJ Administração e Participações S.A. passa a ser controladora direta da companhia Agro Pecuária Nova Louzã S.A., com um percentual de participação de 99,99%, que antes era de 0,27%.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis NBC TG)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

✓  

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 14 - Provisão para demandas judiciais; e

Nota explicativa nº 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Diretoria Executiva.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros ou serviços de preços for utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da NBC TG, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Comitê de Risco da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

✓  

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

6.1 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

6.2 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

✓ 103 Hom

For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e

✓ 

pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer tal avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

✓ 103 Agm

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

6.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

✓  

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

✓ 103 Agm

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor iria entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados

✓ 

à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; e Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão em que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira pela qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber: as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

✓ 103 Hom

- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentarem fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, demonstração dos fluxos de caixa e divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “Outros”.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	2	52
Aplicações financeiras	98	-
	100	52

Percentual de remuneração à taxa CDI	2025	2024
97%	98	-

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência.

A exposição da Companhia a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na nota explicativa nº 16.

9 Impostos a recuperar

	2025	2024
COFINS	390	390
Imposto de renda	18	25
Contribuição social	7	6
Outros	4	4
	419	425
Impostos a recuperar (Circulante)	12	10
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Circulante)	18	25
	389	390

10 Outras contas a receber

✓  

Agro Pecuária Nova Louzã S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	2025	2024
Adiantamento a Copersucar	95	95
Contas correntes acionistas (nota explicativa nº 22.3)	11	13
	106	108

11 Imobilizado

Movimentação do custo

		Terrenos propriedades
Custo		
Saldo em 31 de março de 2023		-
Saldo em 31 de março de 2024		-
Adições (i)		30.612
Saldo em 31 de março de 2025		30.612

(i) Adição ao imobilizado conforme integralização de capital social detalhado na nota explicativa nº 1.1.

12 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
IOF	198	198
IRRF	335	335
Outros	1	1
	534	534
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	534	534

13 Obrigações reestruturadas com credores

A Companhia esclarece que os saldos desta rubrica estão sujeitos aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial e serão quitados de acordo com os prazos determinados pelo Plano nos termos e condições já estabelecidos, que estão detalhados na nota explicativa nº 13.3.

13.1 Valor justo da dívida reestruturada com credores

A Companhia mensurou o valor justo da sua dívida no exercício findo em 31 de março de 2025, conforme definição da NBC TG 48 (Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração). Quando há modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente, ou parte dele, a Companhia deve contabilizar a extinção do passivo financeiro original e reconhecer o novo passivo a valor justo. A diferença apurada entre esses passivos deve ser registrada no resultado do período de apuração.

✓ 

13.2 Composição das obrigações reestruturadas por classe de credores

	Saldo em 31 de março de 2024	Transferência	Correção monetária provisionada	Saldo em 31 de março de 2025
Classificação recuperação judicial				
Partes Relacionadas (nota explicativa nº 21.3)	8	(3)	-	5
Credores Trabalhistas (Classes I)	165	3	3	171
	173	-	3	176
			2025	2024
Obrigações reestruturadas com credores não circulante			176	173

13.3 Classes de credores

Credores trabalhistas (Classe I)

Os Credores Trabalhistas receberam o valor correspondente a 150 (cento e cinquenta) Salários Mínimos (assim considerado na data da Homologação do Plano) por Credor Trabalhista, nos termos do Enunciado XIII do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, corrigido monetariamente de acordo com a variação do INPC-IBGE desde a Data do Pedido e até a data do efetivo pagamento, limitada a 3% (três por cento) ao ano, para os Créditos Trabalhistas definitivamente habilitados após a Homologação do Plano, da data da definitiva habilitação.

Credores Partes Relacionadas

Os Credores Partes Relacionadas puderam, alternativamente à forma de pagamento prevista neste Plano para os Credores Quirografários, optar, em até 7 dias corridos a contar da Homologação do Plano, mediante o envio de notificação às Recuperandas, com cópia para o Administrador Judicial, pela opção de pagamento prevista abaixo, sendo certo que o Credor que não se manifestar tempestivamente será pago de acordo com as condições de pagamento previstas neste Plano para os Credores Quirografários.

Os Credores Partes Relacionadas que elegerem esta opção serão pagos única e exclusivamente após a conclusão da Dação em Pagamento e conforme condições abaixo indicadas:

- (i) Sobre os Créditos detidos pelos Credores Partes Relacionadas será aplicada correção monetária de acordo com a variação positiva da Taxa Referencial - TR, limitada a 3% (três por cento) ao ano, incidente desde a Data do Pedido até a data de pagamento;
- (ii) Não haverá pagamento de juros e amortização até a conclusão da Dação em Pagamento; e
- (iii) O pagamento poderá ocorrer em qualquer momento entre o período de carência e até 35 anos.

14 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não constituiu provisão para as ações em curso.

✓  

Contingências com risco de perda possível

Não existem contingências passivas trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social está representado por 49.893.945.449 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia aprovou o aumento de capital social de R\$ 2.000 para R\$ 32.612, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

15.2 Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404, de 1976, até o limite de 20% do capital social.

15.3 Dividendos e distribuição de lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando métodos de avaliação.

Valores em 31 de março de 2025	Nota	Valor contábil			Valor justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Nível 2
Ativos					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	100	-	-	100
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Outras contas a receber	10	-	106	-	-
		100	106	-	100
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Obrigações reestruturadas com credores	13	-	-	176	-
Outras contas a pagar	22	-	-	126	-
		-	-	302	-

✓ 

Valores em 31 de março de 2024	Nota	Valor contábil			Valor justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Nível 2
Ativos					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	52	-	-	52
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Outras contas a receber	10	-	108	-	-
		<u>52</u>	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>52</u>
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Obrigações reestruturadas com credores	13	-	-	173	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>173</u>	<u>-</u>

16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (i);
- Risco de liquidez (ii); e
- Risco de mercado (iii).

Estrutura de gerenciamento de risco

Visando a mitigação de alguns fatores de riscos, a Companhia instituiu um Comitê de Gestão de Riscos, que é um grupo multidisciplinar e multidepartamental que tem as seguintes funções e responsabilidades:

- Definir estratégias de proteção com metas claras e manuseáveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Companhia;
- Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações quando necessário;
- Orientar, medir e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos;
- Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde a um movimento de dólares americanos, açúcar e demais *commodities*; e
- Reportar-se à Diretoria Estatutária sempre que convocado, prestando conta do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido neste estatuto.

O Comitê de Gestão de Riscos da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Diretoria da Companhia estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Riscos como responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta, regularmente, à Diretoria da Companhia suas atividades.

(i) *Risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2025 e 2024.

✓  

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes valores-base:

Ativo fiscal diferido	Saldo em 1º de abril de 2023	Saldo em 31 de março de 2024	Saldo em 31 de março de 2025
Prejuízos fiscais do imposto de renda	4	4	-
Constituições temporárias sobre provisões	(4)	(4)	-
Efeito líquido	-	-	-

A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	(216)	(114)
Base de cálculo ajustada	(216)	(114)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	73	39
Diferenças temporárias	(73)	(39)
Alíquota fiscal efetiva	0%	0%

Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possuía créditos tributários decorrentes da atividade agrícola sobre os seguintes valores-base, sem prazo de prescrição:

	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda	14.971	14.755
Base negativa de contribuição social	11.517	11.300

A Administração, considerando os prejuízos fiscais não utilizados e incertezas de que futuros lucros tributáveis podem não estar disponíveis, não reconheceu o ativo fiscal diferido advindo de prejuízos fiscais ou créditos fiscais.

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social decorrem da atividade agrícola e não estão enquadrados na limitação da compensação de 30% dos lucros tributáveis anuais por serem constituídos de atividade agrícola.

18 Administrativas e gerais

	2025	2024
Despesa com pessoal	31	21
Serviços de terceiros	7	3
Serviços compartilhados com a controladora (nota explicativa nº 21.3)	89	9
Impostos e taxas	1	2
Auditoria, consultoria e assessoria	9	7
	137	42

✓  

19 Outras receitas e (despesas) operacionais

	2025	2024
Recuperação de tributos	8	-
Receitas na alienação de investimentos (i)	1	-
Custos na alienação de investimentos (i)	(125)	-
	(116)	-

(i) A receita de R\$ 1 corresponde à alienação dos investimentos nas coligadas USJ Mineração e Comércio Ltda. e Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda., com um custo de R\$ 125 correspondente à alienação dos investimentos nas coligadas USJ Mineração e Comércio Ltda., no valor de R\$ 17, e Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda., no valor de R\$ 108.

20 Financeiras líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8	-
Variação monetária ativa	34	22
	42	22
Despesas financeiras		
Juros e multas tributárias	-	(2)
Variação monetária passiva	(3)	(12)
Tributos sobre operações financeiras	(2)	(80)
	(5)	(94)
Resultado financeiro líquido	37	(72)

21 Partes relacionadas

21.1 Controladora final

A Companhia é controlada da USJ - Administração e Participações S.A., que detém 99,99% de participação direta.

21.2 Operações de Diretores e pessoal-chave da Administração

A Administração da Agro Pecuária Nova Louzã S.A. é eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Em 26 de julho de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi realizada a eleição dos diretores da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo designados um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, e ficou estabelecido o teto da remuneração global no montante de R\$ 25 (R\$ 20 em 31 de março de 2024), podendo este montante ser superior em até 40% para o período remanescente.

O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025, a título de benefícios de curto prazo, foi de R\$ 26 (R\$ 17 em 2024). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

✓  

21.3 Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Saldos das partes relacionadas	Saldo	
	2025	2024
Ativo não circulante		
Outras contas a receber		
Agro Pecuária Campo Alto S.A. (nota explicativa nº10)	11	13
Passivo circulante		
Outras contas a pagar		
U.S.J. - Açúcar e Álcool S.A.	(126)	-
Passivo não circulante		
Obrigações reestruturadas com credores (nota explicativa nº 13.2)		
U.S.J. - Açúcar e Álcool S.A.	(5)	(8)
	(120)	5

- (i) Do montante de R\$ 11 em 31 de março de 2025 (R\$ 13 em 31 de março de 2024), referem-se à dívida listada como Obrigações com credores da controladora U.S.J. - Açúcar e Álcool S.A.

	Transações que influenciaram o resultado	
	2025	2024
Despesas compartilhadas (nota explicativa nº 18)		
U.S.J. - Açúcar e Álcool S.A.	(89)	(9)

22 Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2025, a Companhia adquiriu um imóvel rural no valor de R\$ 9.400, pago em duas parcelas de R\$ 4.700, que integrará seu imobilizado.

A Diretoria

Thomas Ometto Budoya
Diretor – Presidente

Lucas Ometto Budoya
Diretor - Vice-presidente

André Guilherme Pirozzi Buosi
Contador
CRC – 1SP334721/O-0





Protocolo das Assinaturas do Documento

Este documento acima foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro.

Informações do Documento

Título do Documento: **DF - Agro Pecuária Nova Louzã 31-03-25**

Hash do Documento Original SHA256: **b180e75bd80ebc761d2d80bb2ea157e79ff56e452afc5922d7d01d5a708a7c20**

Data do Envio para Assinatura: **11/06/2025 - 10:49:25**

Data da Finalização das Assinaturas: **11/06/2025 - 16:19:59**

Termo de Concordância

Para que fosse realizada a assinatura do documento, todos os Signatários declararam estar "De Acordo" com esta forma de assinatura.

Termo de Concordância: Declaro estar ciente e de acordo com o "Termo de Concordância com Assinatura de Documento por Meio Eletrônico", reconhecendo a validade jurídica desta modalidade de assinatura para todos os fins de direito.

Acesse o Termo em: <https://rrsign.com.br/termo-de-concordancia/>

Validação do Documento

Para validar que o documento foi assinado no RRSIGN | Portal de Assinaturas, acesse o validador no link abaixo, utilizando a chave do documento, ou leia o QR Code.

Validador: <https://portal-usj.rrsign.com.br/validador>

Chave do Documento: a0edea12763662b02384f6d56a9d7294



Relação dos Signatários e Evidências Coletadas

Nome: André Guilherme Pirozzi Buosi

CPF: 303.020.***-**

Posição: CONTADOR

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: ab****@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Localização não autorizada.

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 10:49:26

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 10:50:48

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 10:51:27

Assinatura

André Guilherme Pirozzi Buosi

Rubrica

AB

Nome: LUCAS OMETTO BUDOYA

CPF: 366.497.***-**

Posição: DIRETOR VICE PRESIDENTE

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: lu***@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -22.425230026816635 Longitude: -47.35924583126988 Accuracy: 116

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 10:51:27

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 14:51:29

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 14:51:38

Assinatura

LUCAS OMETTO BUDOYA

Rubrica

LOB

Nome: THOMÁS OMETTO BUDOYA

CPF: 395.255.***-**

Posição: DIRETOR PRESIDENTE

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: th****@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -22.425209891894934 Longitude: -47.35929038318864 Accuracy: 98

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 14:51:39

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 16:18:40

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 16:19:59

Assinatura

THOMÁS OMETTO BUDOYA

Rubrica

Tom